



## Projeto de zoneamento gera mobilização



Projeto de lei pretende desenhar um novo mapa dentro da ADE da Pampulha

Ação social resgata auto-estima de detentas  
pág. 3

Árvore de Natal na Lagoa: espetáculo bem planejado?  
pág. 6

Entrevista: arquiteta comenta sobre a verticalização em BH  
pág. 7

Aeroporto da Pampulha na rota de empresas de aviação  
pág. 8

## carta ao leitor

Dezembro chega com a correria das festas, confraternizações, formaturas, fechamento de ano... E mais rapidamente do que gostaríamos, com certeza!

2008, entretanto, termina de uma maneira diferente e um pouco assustadora: - uma turbulência econômica mundial cujas conseqüências estão ainda incertas para todos; - e com a natureza se revoltando contra nossa exploração, descuidada e devastadora. Nossos bairros ainda mostram, em suas ruas e residências, os estragos causados por duas fortes tempestades, ocorridas em intervalo pequeno. Desnecessário citar as notícias do resto do Brasil e do mundo...

Penso aqui em John Kennedy, e adapto sua fala inesquecível: não pergunte o que o planeta pode fazer por nós, mas sim o que podemos fazer por ele. E vou além: precisamos preparar a próxima geração para que cuide com mais carinho dele. O momento demanda reflexão e empenho para trabalharmos uma mudança, não mais somente necessária, mas absolutamente URGENTE!

Nossas matérias abordam temas diversos, como a nova tentativa especuladora de construções e usos incompatíveis com nossos bairros e sua lagoa, volta de vôos para a Pampulha, de um lado, que mostram movimentos motivados pela ganância econômica, em que seus autores pouco ou nada se importam com seus impactos sobre a cidade e seus habitantes. Entretanto, mostramos também esforços diferentes, de moradores trabalhando pela cidade, participando de ação social na Delegacia local, escrevendo carta ao prefeito eleito (artigo do mês), atuando em políticas urbanas...

Finalizo minha mensagem com duas citações: do arquiteto espanhol Gaudí, que nos ensina que "o grande livro, sempre aberto e que temos de fazer esforços para ler, é o livro da Natureza; os outros livros são baseados nele e têm os erros e as interpretações do ser humano..." E ainda Frei Betto, mineiro como nós, em recente artigo: "uma crise faz parte de toda evolução, e esta deve trazer novos paradigmas à humanidade: menos consumismo e mais modéstia no padrão de vida; menos competição e mais solidariedade entre pessoas e empreendimentos; menos obsessão por dinheiro e mais por qualidade de vida. Traz também um recado: é hora de começar de novo. Quem puder entender, entenda."

Eles traduzem meu sonho: a mudança que nosso planeta e nossa sociedade pedem, para que possamos viver em equilíbrio, respeitando pessoas e natureza. É meu desejo a todos vocês!!

**Juliana Renault Vaz**  
Presidente da Associação o Pro-Civitas

## cartas

### Verticalização

Continuemos nossa luta contra os depredadores de nossa Cidade. Agora que nada mais resta a depredar na Zona Sul, querem argumentar com a "modernidade" para acabar com BH. Restaria indagar a essa gente se já se deram ao trabalho de contar quantas famílias vão a passeio no domingo ao Belvedere ou à Cidade Nova, ou quantos turistas buscam aquelas regiões como pontos de lazer, merecedores de visita.

Silvestre Paiano  
Juliana,

Quero parabenizar a todos da Pro-Civitas que trabalharam na organização desta manifestação, principalmente você que, com toda a sua família, não mede esforços para tentar melhorar a vida dos moradores da Pampulha, bem como tentar conscientizá-los de que todos nós juntos fazemos a diferença. É pena que muitos nem tomem conhecimento do assunto e nem queiram saber do que se trata. Peço desculpas pela minha ausência em reuniões e demais acontecimentos da Pro-Civitas. Tentarei estar mais presente. Imprimirei o "Abaixo Assinado" e tentarei obter mais assinaturas. Um grande abraço e muito obrigada !

Raulinda  
Temos que dormir de olhos bem abertos, porque a gente conhece e sabe como os vereadores adoram ressuscitar no final do ano as leis mais polêmicas, e até lá a eleição já passou....

Beth Dolabella Dubal

Muito bom saber que o movimento pró Pampulha continua! Tenho orgulho em participar de uma associação tão engajada como a Pro-Civitas. Gostaria de ter mais tempo para participar mais ativamente, mas infelizmente, atualmente, o meu tempo está pequeno para tanto compromisso. Espero que futuramente eu possa contribuir mais efetivamente, mas hoje em dia é impossível.

Parabéns a você e a todos os mais atuantes.

Angela Gonçalves

### Orçamento Participativo 2008

Eu já havia votado contrariado na obra 2 (Av. Portugal com Pedro I), pois todas as 5 obras são específicas para sistemas viários, não havendo qualquer proposição para melhoria da qualidade de vida das pessoas, com saneamento, construção de espaços verdes, ampliação da rede de ensino ou outras no mesmo segmento, como saúde por exemplo, que garantiriam à Cidade um futuro melhor.

Estamos construindo a cada dia uma cidade exclusivamente para veículos automotores e o maior exemplo disso são as passarelas da Antônio Carlos, em frente ao Pampulha Mall, e a trincheira da Santa Rosa com Antônio Carlos, que nada resolveram. Sem dúvida, me benefico também com as obras, uma vez que sou ferrenho usuário de automóvel, mas questiono muito este tipo de atitude das prefeituras, o que não é privilégio só da de Belo Horizonte.

Helder

Associação Pro-Civitas dos Bairros São Luís e São José

Av. Santa Rosa, 123 - Belo Horizonte - MG  
CEP: 31.270-750

Tel: 3490-4564 - e-mail: pro\_civitas@terra.com.br

## expediente

Presidente: Juliana Renault Vaz

Vice-presidente: Raquel Teixeira Braga de Souza Goulart.

Diretor Administrativo-Financeiro: Carlos Antônio Quirino.

Conselho Consultivo: Helder Novais, Paulo Emílio Gaissler e Tais Cunha.

Conselho Fiscal: Claude Mines, Éder Figueiredo, Hélio Gonçalves, José Afonso Assumpção, José Flávio Barbosa e Fátima Cassis.

Produção: C.R.I.A. UFMG Jr.

Projeto Gráfico: Cláudia Mendonça.

Diagramação: C.R.I.A UFMG Jr.

Projeto Editorial: Cláudia Mendonça, Flávia Reis e Sílvia Dalben.

Apuração, Redação e Edição: Denise Teixeira, Fábio Megale, Fernanda Brescia, Larissa Arantes, Pabline Felix, Pedro Nogueira, Rodrigo Pitta.

Fotografia: Fábio Megale, Arquivo do Aeroporto da Pampulha, Assessoria de Comunicação da prefeitura de Belo Horizonte

Jornalista Responsável: Flávia Reis - 12.226/MG.

Periodicidade: Bimestral - Tiragem: 3.000 exemplares.

## notícias

## Ação que ocupa a mente

Reportagem: Larissa Arantes

A ação social promovida pela Associação Pro-Civitas acontece desde abril de 2008 na 16ª Delegacia localizada na Pampulha. Há cerca de cinco meses, as detentas da delegacia têm a oportunidade de aprender atividades manuais como fuxico, ponto cruz, crochê, vários tipos de bordados, entre outras. A ação é realizada por voluntários da região da Pampulha, em especial os moradores associados à Pro-Civitas. Os trabalhos produzidos pelas mulheres da delegacia são vendidos e a renda vai para as detentas.

Segundo o Delegado Titular da 16ª Delegacia, Dr. Hércio Sá Bernardes, o principal problema carcerário hoje no Brasil é a falta de programas de ressocialização para os detentos e, é nesse contexto que se insere a ação promovida pela Pro-Civitas. "A ação possui grande impor-

tância no resgate da auto-estima das nossas detentas e isso é fundamental para que elas se sintam parte da sociedade", ressalta o delegado. Ainda de acordo com ele, a ação surgiu devido à proximidade da delegacia com a Associação e que ela foi essencial para promover, o que Dr. Hércio chama de, "filosofia de polícia comunitária". A filosofia referida por ele envolve a detecção e resolução de problemas que envolvam autoridades formais, como a polícia, em conjunto com a sociedade.

"A ação não ocupa só o nosso tempo, ocupa a nossa mente", é assim que a detenta da 16ª Delegacia, Valdéria Barbosa Lima, de 33 anos, resume a importância do projeto. Ela afirma que a ação contribuiu não apenas para a retomada da auto-estima de forma individual, como também para a relação entre as colegas. "É uma ver-

dadeira terapia ocupacional", afirma Valdéria. Ainda segundo a detenta, a receita aferida com a venda dos trabalhos completa a renda da família.

Ana Cândida Christo, de 63 anos, uma das voluntárias pioneiras do projeto, observa que o objetivo da ação é a melhoria da qualidade de vida daquelas que estão presas e que os benefícios não estão voltados apenas para as detentas, "todas nós aprendemos juntas". No entanto, a atividade, que teve início há pouco tempo, ainda não conta com uma grande experiência dos voluntários. Segundo ela, existem dificuldades para adquirir materiais para as detentas realizarem os trabalhos e o espaço físico precisa ser aprimorado para que as oficinas sejam realizadas de uma maneira melhor. "Na verdade, a dificuldade é enquadrar os trabalhos nas possibilidades existentes", completa Ana Cândida.

Os voluntários da ação prevêem outras atividades dentro do projeto. Ana Cândida conta que eles pretendem formar uma biblioteca para que as detentas possam usufruir de livros que estão sendo doados, como os livros recebidos através do programa Escolas Irmãs do Governo Federal. Uma outra idéia é realizar uma série de palestras de interesse das próprias participantes das oficinas. Algumas palestras já estão agendadas e ocorrerão em breve. Uma dessas palestras terá como tema os cuidados com a higiene feminina.

A voluntária ressalta ainda a importância de que o grupo de voluntários aumente e que os moradores de uma forma geral se interessem pelo projeto, como participantes ou como possíveis doadores de materiais para as oficinas.

## Diagnóstico define novos rumos

Reportagem: Rodrigo Pitta

Como preservar e revitalizar a área da Pampulha? Esse questionamento está constantemente presente na vida dos moradores não somente da região, mas de toda a cidade, além de contar com a atenção de autoridades nos mais diversos níveis. A certeza é de que a área, um cartão postal da capital mineira por seu valor arquitetônico, ambiental, e para o lazer e turismo, merece cuidados e os esforços conjuntos da população, prefeitura e estado.

Com esse intuito, um Plano de Preservação do Conjunto Urbano da Pampulha está sendo desenvolvido desde junho de 2007. O objetivo do

plano é apontar ações e diretrizes de planejamento e gestão, além de valorizar o patrimônio cultural e ambiental do Conjunto. Essas diretrizes buscam estabelecer a reestruturação da paisagem urbana, a ordenação do tráfego de veículos e de pedestres na área e a ordenação das atividades urbanas. Pretende-se assim, aproveitar de maneira sustentável o potencial da região, especialmente o turístico e de lazer.

Nos dias 5 e 6 de novembro foram realizadas oficinas que apresentaram os resultados de um diagnóstico desenvolvido pela Práxis Projetos e Consultoria LTDA, empresa vencedo-

ra da licitação para a elaboração do plano e que vem sendo coordenado pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMURBE). O diagnóstico, entre outras coisas, detectou o perfil dos turistas da região e buscou compreender a diversidade da área através de entrevistas com pessoas e instituições da região. Entretanto, as associações alegam não terem sido procuradas pela empresa.

Na oficina, os participantes tiveram também a oportunidade de apresentar e debater diversas questões relativas aos problemas enfrentados pela Pampulha. Os temas versavam principalmente sobre a mobili-

dade urbana, a preservação da fauna e flora, a conservação do local que é marcado pela horizontalidade e passa por constantes lutas contra a verticalização, e em como promover lazer e turismo compatíveis com o uso residencial. A intenção é casar os interesses da população local com as possibilidades de desenvolvimento responsável da área.

Os resultados do diagnóstico em conjunto com as discussões realizadas serão sintetizados e apresentados à comunidade em fevereiro de 2009, data prevista para a finalização e publicação do plano.



## reportagem especial

## Projeto de Lei

Reportagem: Denise Teixeira e Rodrigo Pitta

## Proposta de vereadores para um zoneamento da Pampulha criou polêmica sobre

Júlia Bassalo



Passeata contra o projeto de verticalização reuniu vários manifestantes

Para não se tornarem um caos de construções desordenadas, as cidades possuem uma legislação que determina regras de parcelamento, uso e ocupação do solo. Algumas áreas, por sua localização ou por seu valor cultural, social e econômico, têm um conjunto de leis próprias, que as diferem das outras. São as chamadas Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs). A Pampulha, devido à importância turística e arquitetônica do complexo do entorno da Lagoa, é considerada uma ADE. O Decreto Nº 12.732/2007, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, determina vários aspectos que devem ser levados em consideração para a regulamentação legal das construções na região da ADE. As questões da verticalização e da impermeabilização do solo, por exemplo, são dois dos principais pontos dessa

regulamentação especial.

Afirmado que há demanda por um aumento na atividade comercial e turística na região, três vereadores resolveram propor Projeto de Lei definindo novas regras para ocupação do solo e determinando novo zoneamento dentro da ADE da Pampulha. Dessa forma, de acordo com o Projeto Nº 1579/07, assinado pelos vereadores Henrique Braga, Autair Gomes e Wellington Magalhães, seriam criadas 7 zonas especiais de proteção dentro da região, sendo que cada uma delas teria uma regulamentação própria. Em uma dessas zonas, por exemplo, seria permitida a construção de edificações residenciais com até 12 pavimentos. Em outras zonas, incluindo as chamadas Orla I e Orla II, localizadas à beira da Lagoa, haveria permissão para

levantar edificações não-residenciais de até cerca de 3 andares. Além disso, cada uma teria um coeficiente de ocupação diferente, determinando um maior ou menor adensamento (que se refere à taxa de ocupação por território).

O Projeto de Lei conseguiu mobilizar moradores, vereadores, especialistas e a atenção da mídia. Os moradores temem que a mudança proposta mude o cenário da região. Descaracterização do conjunto arquitetônico, adensamento da região, falta de estudos de impacto ambiental e de mobilidade são algumas questões apontadas por eles como problemas do projeto.

Levando em consideração esses pontos, a Comissão Municipal de Meio Ambiente e Política Urbana reuniu-se em Audiência Pública no dia 27 de agosto e, através do relator substituto do projeto, o vereador Hugo Thomé, apresentou o parecer pela rejeição da proposta. Foi alegado que "os moradores da região e os técnicos da prefeitura de Belo Horizonte se manifestaram contrários ao projeto, por considerarem que este não atende aos parâmetros definidos pelo Município para a política urbana". Hugo Thomé também afirma que o projeto possui muitas falhas, como a ausência de um afastamento das

construções em relação à frente do terreno e a redução significativa de áreas verdes, além de não estabelecer o limite de pavimentos para algumas áreas, abrindo brechas para a construção de prédios ainda maiores.

Os vereadores autores da lei entraram com um recurso contra a rejeição no dia 29 de agosto, argumentando que "Belo Horizonte, como qualquer grande centro urbano, necessita de gerar formas de sobrevivência, seja na área de serviços, de comércio, de turismo" e que "assim o projeto em tela transcende o interesse dos moradores da região da Pampulha, uma vez que se trata de iniciativa determinante de modernidade, levando em consideração responsabilidade e sustentabilidade."

Um dos autores que assinam o PL 1579/07, o vereador Autair Gomes, rejeita o nome de verticalização dado ao projeto e afirma que sua proposta é pela recuperação da Pampulha para que toda a cidade dela aproveite. "O projeto visa a melhor utilização do espaço da Pampulha para se ter um conforto maior. Não se tem ali um restaurante, um hotel. E essa estrutura é fundamental para receber pessoas do mundo inteiro, inclusive para a realização da Copa do Mundo de 2014, que vai ser na cidade". Ainda segundo o vereador Autair, o conjunto arquitetônico não sofrerá grandes impactos, já que existe uma tentativa de manutenção do padrão

## gera debates

bre aspectos como verticalização, problemas climáticos e ambientais na região

das atuais construções, além do fato de que o patrimônio seria res- peitado. Os vereadores Henrique Braga e Wellington Magalhães foram procurados e não quiseram se pronunciar sobre o assunto.

A lei, entretanto, tem en- contrado muita resistência. Uma Frente Parlamentar Municipal em defesa da Pampulha foi criada por vereadores de Belo Horizonte. O documento, assinado por 37 dos 41 vereadores, prevê que o objetivo da frente é "referendar não só a importância da revitali- zação e conservação ambiental do espelho d'água da Lagoa, como também a conscientização da preservação de suas caracte- rísticas culturais e paisagísticas".

Inúmeros moradores também têm demonstrado uma posição contra a proposta. No dia 21 de setem- bro a Associação Pro-Civitas e a APIBB promoveram uma pas- seata contra o projeto, que saiu da Praça Dalva Simão e foi até a Igrejinha. A população local tam- bém está à frente de um abaixo assinado que já conta com a adesão de cerca de 1.500 mora- dores. Segundo Éder Figueiredo, que mora no bairro São José há 45 anos, ainda são necessárias ações para atingir maior quanti- dade de pessoas, inclusive aque- las que não residem na região. "Para conseguirmos alguma coisa, precisamos chamar atenção dos políticos e moradores contra a ganância e especulações imo- biliárias na região da Pampulha. A região é de Belo Horizonte,

não só dos moradores. É um dos únicos pontos turísticos que ainda temos, uma região conheci- da mundialmente, com um projeto arquitetônico invejável. Por causa de alguns, vamos deixar que a transformem em uma bader- na", afirma ele. A moradora Rosa Maria, do bairro São Luís, afir- ma que o aspecto mais relevante para não aderir ao projeto é o fato de que a nova regulamentação acabaria com a tranquilidade dos moradores. "Atualmente a região é muito tranqüila, não podem nem tráfegar caminhões na orla", diz ela, preocupada com as conse- quências que a proposta de lei pode gerar.

Mas as preocupações com o futuro da região, caso o projeto seja aprovado, não são só dos moradores. A arquiteta e urbanista, Maria das Graças Ferreira, também acredita que o adensamento da ADE não é uma solução viável. Segundo ela, a mudança afetaria não somente a Pampulha, mas toda a cidade, já que isso causaria um aumento do fluxo de pessoas circulando pelas vias urbanas. E ela ressalta que as obras de melhoramento que estão sendo feitas nos eixos que ligam a região a outras, como o alargamento da Avenida Antônio Carlos, não são suficientes para atender a essa nova demanda.

Segundo Maria das Graças, há ainda que se pensar as questões climáticas e ambien- tais. O crescimento das cons- truções implica no aumento da

quantidade de asfalto, o que con- tribui para esquentar o clima da região e aumenta a impermeabi- lização do solo. Além disso, deve ser avaliado se a capacidade de tratamento de esgoto é suficiente para atender a esse novo contin- gente de construções, para que não seja despejado na lagoa, como aconteceu durante muito tempo.

Os impactos para o com- plexo arquitetônico e para o patrimônio regionais, entretanto, parecem ser os fatores que mais preocupam as pessoas que se posicionam contra o projeto. Éder afirma que os moradores são con- tra a proposta porque o projeto acabaria com a lagoa, que é um dos maiores bens e atrativos que a região oferece.

Outro aspecto destaca- do por Maria das Graças é a importância da preservação das obras arquitetônicas projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que são uma referência mun- dial na área e formam um dos maiores pontos turísticos de Belo Horizonte. "É possível diversifi- car o uso do solo, possibilitando novas construções na região, mas sem necessariamente adensar. Além disso, é necessário ouvir todos agentes envolvidos, para identificar os interesses conflitantes e tentar compatibilizá-los em um projeto que respeite e não prejudique a região", afirma a arquiteta.

É isto o que esperam os moradores!

### Nada de novo

Não é a primeira vez que um Projeto de Lei propõe alterações na legislação de uso e ocupação do solo na região da Pampulha. Em 2005, a aprovação da lei Nº 9.037 determinou a permissão para o estabelecimento de construções utilizadas para fins comerciais na orla da lagoa. Dessa forma, foi permitida a instalação de bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, cinemas, entre outros. Os autores da lei foram o então vereador César Masci e o vereador Henrique Braga, também envolvido no Projeto de Lei 1579/07, que tramita hoje na Câmara Municipal.

Os objetivos da legislação aprovada em 2005 são parecidos com as justificativas dadas por Autair Gomes para a proposição do atual projeto. Ambos ressal- tam a capacidade da região de ampliar seu desenvolvimento urba- no e econômico e aumentar os atrativos turísticos. Naquela época, a lei encontrou bastante resistência dos moradores, que se mobiliza- ram e se manifestaram contra a mudança. Panorama bem pareci- do com o atual, com argumentos similares. Resta saber qual será o desfecho do novo projeto.

## artigo

## Prezado Senhor Lacerda

Apoiado pela união de duas forças políticas, o senhor é o novo prefeito de nossa cidade. Seu caminho será longo e muitas vezes espinhoso. Será também uma jornada de provações, pois carregará nas costas a responsabilidade de materializar as expectativas dos 59,12% dos que lhe deram os votos válidos e mostrar a que veio aos restantes que não lhe depositaram confiança. Não costumo tecer muitas opiniões sobre a política nacional. Me enfadonho com a jogatina partidária e a corruptela demagógica que engana os despreparados. Sinto-me indignado com os interesses pessoais que sobrepõem os públicos e escandalizado com as tramóias e falcatruas que transformam o que deveria ser uma função altruísta numa vergonhosa panacéia com fortes doses de corporativismo e fisiologismo barato. Mas não devemos deixar o lado pestilento da vida pública derrubar nossos sonhos.

Muito ouvimos e lemos a seu respeito durante a campanha. E-mails apócrifos e conversas ao pé do ouvido denegriram sua imagem, mas isso não vem ao caso, se verdade ou não elas são suas, como suas serão as conseqüências, o importante agora é que seu abraço à cidade seja íntegro, sincero e competente.

O senhor é fruto de um acordo ainda incógnito. Torcemos, portanto, para que esta não seja apenas uma "dobradinha" de interesses políticos, mas sim uma comunhão de valores que prospere em atos concretos e dê prioridade a uma gestão de alta qualidade, honesta e com uma vigorosa redução dos gastos públicos, tornando as questões administrativas mais eficientes, menos burocráticas e absolutamente transparentes. Isso sim é cuidar de gente.

Não nos dobramos tão facilmente, como pensou o outro candidato com aquela fantasia caipira pregando na TV que gosta de bife acebolado com jiló. Estamos cansados - e isso serve para os maus políticos de todos os partidos - da demagogia populista, das mentiras deslavadas, dos apadrinhamentos, cretinices e pregações enganosas. Somos órfãos de um espelho político que reflita a grandiosidade deste país, precisamos de exemplos para ceifar nossa decadência moral, e gostaríamos de ver o fruto desta empreitada criando um novo paradigma administrativo. Surpreenda-nos, mereça o respeito de todos.

Paulo Bressani  
Jornalista

## notícias

## Árvore de Natal volta à Lagoa

Reportagem: Pedro Nogueira



Assessoria PBH

No dia 11 de dezembro será acesa pela segunda vez a árvore de Natal flutuante na Lagoa da Pampulha. Carlos Freitas, morador do bairro São Luís, ainda se lembra da decoração inovadora do último ano: "Iouvo a iniciativa da prefeitura, achei a árvore belíssima. O poder público deve sempre fomentar essas iniciativas para festejar as datas comemorativas." Este ano, a árvore está ainda maior que em 2007: 60 metros de altura e 30 de diâmetro, com peso total de 300 toneladas, apoiada sobre 27 flutuantes navais. A instalação de uma estrutura de proporções tão grandes exige cuidados e adaptações na organização e serviços públicos na

região.

A árvore será novamente montada nas proximidades da Igreja de São Francisco. O presidente da Belotur, Júlio Pires, justifica a localização do ponto comemorativo: "Escolhemos a Igrejinha para compor o cartão-postal da Pampulha. Além disso, aquela região tem a profundidade ideal para a instalação, que é bastante irregular no restante da lagoa." A montagem do monumento começou já em meados de novembro, com a colocação das estruturas metálicas e a base flutuante. Onze associações de moradores da região, em busca da preservação dos locais afetados pela instalação da árvore, formalizaram suas preocupações em um documento assinado. Uma delas é justamente a localização do monumento, que possui visualização restrita e favorecerá a concentração de pessoas e vendedores ambulantes na área da Igrejinha, um patrimônio artístico tombado pelo patrimônio estadual e municipal. Outra preocupação é a circulação de veicu-

los pesados na região.

Desde já, após reuniões com a prefeitura de Belo Horizonte, a BHtrans começou a elaborar um plano operacional para organizar a circulação de veículos na região, que deve aumentar com as visitas à árvore e à orla da Lagoa na época do Natal, assim como à queima de fogos durante a virada do ano. Este plano deve ser colocado em prática já no início de dezembro. O esforço da BHtrans é justificável, já que, de acordo com Marcos Auritzer, morador da região da Pampulha, que lembra que a árvore "afetou horrivelmente o trânsito à noite na orla da lagoa no último ano." A regional Pampulha coordena seus esforços para que a árvore traga realmente bons momentos aos moradores da cidade. O presidente da Belotur garante que todos os procedimentos foram devidamente analisados e liberados pelos órgãos fiscalizadores e ambientais competentes. "A instalação está sendo desenvolvida no rigor da lei. Temos uma ordem expressa do prefeito para fazer tudo com o máximo de cuidado".

## Segurança reforçada

Reportagem: Denise Teixeira

A segurança e as necessidades dos moradores dos bairros São Luís, São José e Bandeirantes contam agora com um reforço extra para serem discutidas e problematizadas. Isso porque estão ocorrendo, com periodicidade bimestral, reuniões entre os policiais da 17ª Companhia/34º Batalhão da Polícia Militar e os moradores dos bairros.

As reuniões, encabeçadas pelo Tenente Fábio Oliveira Almeida e pela Associação Pro-Civitas, são uma forma de promover uma conversa entre a PM e a população local. Nesses encontros são repassadas as estatísticas levantadas pela polícia, os moradores apresentam os problemas,

e uma busca de soluções conjuntas para as ocorrências da região é estudada. Quando as soluções pensadas estão além das competências do policiamento regional, são levadas para os órgãos capacitados para implantá-las. Além disso, os encontros são um espaço para avaliar a atuação da polícia nesses bairros, que já contam com um policiamento específico, com patrulhas e viaturas destacadas para atender às ocorrências locais.

Segundo o Sargento Fábio Santos, é importante ouvir a opinião dos moradores, pois eles vivenciam a realidade da região e são capazes de apontar as ocorrências, facilitando o trabalho das patrulhas. São essas

informações, repassadas pela população local, que facilitam o mapeamento dos crimes, fornecendo à PM bases para realizar um trabalho de geoprocessamento. Esse trabalho permite que dados como locais, horários e causas das ocorrências sejam transformados em estatísticas.

Os resultados da iniciativa já estão sendo sentidos. As estatísticas do Batalhão indicam que houve uma automática redução das ocorrências de crime e um aumento do número de operações na região, resultando em um dos melhores índices de violência da cidade.



## notas

### ERNST & YOUNG

A Associação Pro-Civitas reuniu-se no mês de outubro com a Ernst & Young Brasil, a empresa responsável pelos estudos de modernização do complexo Mineirão-Mineirinho. Na reunião foram expostas as preocupações dos moradores da região com relação aos eventos que ali ocorrem, que resultam em uma grande quantidade de lixo nas ruas e estacionamentos irregulares.

### MATERIAIS RECICLÁVEIS

Incentivada pela Pro-Civitas, a Líder Aviação, empresa em cuja sede funciona a associação, iniciou em outubro/08 o programa de Coleta Seletiva interna nas unidades de Belo Horizonte (prédio sede e hangares). O programa visa a separação de materiais recicláveis produzidos pela empresa.

### SOSSEGO AMEAÇADO

O Buffet Adada, localizado na esquina da Avenida Otacílio Negrão de Lima com a Alameda das Latâneas, tem causado mal-estar aos moradores da região. Alguns problemas são a ausência de isolamento acústico e de estacionamento e a utilização de fogos de artifício durante a madrugada. A Associação Pro-Civitas tem buscado resolver a situação informando e pedindo apoio à prefeitura de Belo Horizonte, ao Ministério Público e às polícias civil e militar.

### JUSTIÇA

O então vereador e autor do projeto que alterou o uso de solo na Pampulha, César Masci, e seu enteado, Fernando L. do Espírito Santo, que agrediram um morador do bairro Jardim Atlântico, Sr. Maurício José Impelizzieri Pinto de Moura, durante passeata realizada em 27/06/2004, foram condenados em ação penal, por lesão corporal, a um ano e meio de reclusão e pagamento de 15 dias de multa cada um. Da sentença cabe recurso.

## entrevista

Reportagem: Fábio Megale

**Nascida em Belo Horizonte, formada em arquitetura e especialista em urbanismo, Suzana Meinberg mora na Pampulha desde 1981.**

**JPro-Civitas:** Suzana, a verticalização da Pampulha é um tema muito atual e muito polêmico também. Qual a sua opinião?

**Suzana Meinberg:** A verticalização é muito complicada. Ela foi introduzida em Belo Horizonte por falta de recursos da cidade. Isto aqui é uma cidade por decreto, não é uma cidade espontânea. As cidades nascem de forma espontânea, em torno de uma atividade econômica, um porto, uma mineração. Aqui não tinha nada e decidiram que teria uma cidade. E a cidade, em determinado momento, não teve recurso, porque ela cresceu demais. Foi planejada para 200 mil habitantes. Vamos supor que o estado mantivesse esses funcionários que ele estipulou que ficassem aqui, mas não foi isso que aconteceu. A cidade cresceu demais na década de 70, e não tinha recurso nenhum, não tinha uma fábrica, não tinha geração natural de recursos. Então, vão lá e fazem a cidade industrial. E a cidade industrial foi politicamente desvirtuada para Contagem, pois os políticos queriam ter controle daquela geração de recursos. Abriu-se então a possibilidade de parcelar o solo e isso foi feito indiscriminadamente. Ou seja, você tinha um sítio que pagava imposto rural, e no momento que você parcelava, começava a pagar imposto territorial. Nisso, loteou-se córrego, loteou-se tudo. Depois, a verticalização foi a outra solução. Onde uma pessoa pagava o imposto predial, passaram a pagar 12, 20 pessoas. Isso que foi imediatista, foi o dano. Onde havia um automóvel, passaram a ter 20.

**JP:** E a verticalização na Pampulha?

**SM:** Essa verticalização, em um terre-

## Os novos valores

no feito o nosso, com tanta água, é um problema. Nós teríamos um aporte demográfico para o qual esse planejamento já existente não estaria previsto. Nós precisamos é planejar, e não fazer leis atabalhoadas, imediatistas, para solucionar o problema financeiro de A ou B. Precisamos expandir para onde tem estrutura para isso.

**JP:** Isto é um problema de ocupação da cidade inteira, então?

**SM:** Sim. Por exemplo, a ocupação de bairros feito Santo Antônio e Sion tem custo até hoje para toda a comunidade, porque sistematicamente nós estamos requalificando as galerias pluviais, que não comportam o volume de água que chega ali. Ganham os empresários, e pagamos todos a conta. Isso, em BH, é recorrente. Se houvesse um planejamento, aí seriam oferecidos terrenos, com esses terrenos em lugares que tem A, B, ou C de equipamentos urbanos apropriados.

**JP:** O esgoto que chega até a lagoa é um problema?

**SM:** Se você pensar que a barragem da Pampulha está na cota altimétrica 805 mil, e lá no zoológico é 803 mil, ou seja, a rua cai pra trás, o esgoto vai sair de lá como? É uma região que já foi artificializada. Se você

**"Nós precisamos é planejar, e não fazer leis atabalhoadas, imediatistas"**

pensar nisso, quanto vai sair esse esgoto? Quem vai pagar? E qual o passivo ambiental dele? Sem falar na drenagem permanente que vai haver dessa água, que não vai mais ser carreada, que vai ser jogada dentro da lagoa. No período de chuva tem muita água, no período de seca vai ficar lá embaixo.

**JP:** Qual seria a solução?

Fábio Megale



Suzana Meinberg preocupa-se seriamente com os problemas que Belo Horizonte enfrenta e enfrentará

**SM:** Passou da hora, há muito tempo, de planejar e de pensar no todo. Os grandes valores do século 20 eram dinheiro, terras e negócios. Nas discussões da mudança do milênio, escutei muita entrevista por aí e me chamou a atenção um filósofo que estava sendo entrevistado em um destes canais a cabo, que, perguntado sobre quais os novos valores, colocou algumas coisas que me fizeram pensar muito. A informação, o tempo, o espaço, a água, como os grandes valores. E o silêncio, porque isso tudo está acabando. Você não consegue ter acesso a essas coisas mais, com essa mega urbanização que aconteceu depois da década de 40, depois da segunda guerra. Então, esses valores é que precisamos repensar, e também os valores pragmáticos de cada interferência: o que vai causar, quanto vai custar e quem é que vai pagar? Nós precisamos nos conscientizar de que esgoto é esgoto e ele é tão importante quanto a água.

bairro-a-bairro

## Vôos tumultuados e viagens passageiras

Reportagem: Fernanda Brescia e Pabline Felix

Mais uma vez o aeroporto da Pampulha é foco de deliberação. Se, em 2005, a discussão era sobre a transferência de grandes vôos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, hoje a questão em pauta é o movimento contrário.

A mudança do destino dos vôos com mais de 50 passageiros – os nacionais e internacionais – para Confins aconteceu em 13 de março de 2005 e, desde então, a Pampulha só recebe vôos regionais. Na época, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG, tentou impedir a mudança. Os motivos alegados foram o aumento de gastos para os empresários locais, que seria de cerca de 200%, referente ao transporte de táxi para Confins, muito mais caro do que para a Pampulha, e um atraso econômico para a região, que perderia um dos poucos aeroportos centrais do país.

Com muita polêmica, a possibilidade de retorno suscita pontos de vista diferentes. Os moradores da Pampulha alegam que, desde que os vôos mudaram para Confins, ficaram aliviados com a diminuição do barulho, além de se sentirem mais seguros. Isso porque não são permitidos vôos com mais de 50 assentos no Aeroporto da Pampulha, diminuindo os riscos de acidentes na região. Por isso, os moradores alegam que a autorização para a volta de vôos maiores teria que vir acompanhada de mais cuidados e investimentos. Bianca Fedeli, antiga moradora da região, observa também que o aumento de vôos agravaria o já congestionado trânsito da região. “O acesso ao Aeroporto da Pampulha não chega aos pés das estradas para o Aeroporto

de Confins”, afirma ela. Alguns locais, como as Avenidas Antônio Carlos com Santa Rosa e Professor Magalhães Penido, já possuem um trânsito caótico, o que dificultaria ainda mais a situação.

Com a possibilidade desse sossego ser novamente abalado, a Comissão Especial dos Aeroportos, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais convocou associações de moradores, órgãos públicos e empresas de aviação para discutir o assunto em audiências públicas. Os debates ocorridos entre setembro e novembro giraram em torno da possibilidade ou não da volta dos vôos para este aeroporto, e quais seriam as consequências desse retorno. Segundo Cláudio Salviano, superintendente da Infraero no Aeroporto da Pampulha, todos os membros que participaram da audiência pública realizada na Comissão de Defesa do Contribuinte e Consumidor da Assembléia Legislativa de Minas Gerais concordaram que o aeroporto de Confins deve ser o centro principal de distribuição aérea do estado. Ou seja, todos foram claramente contra o retorno de vôos nacionais e internacionais ao Aeroporto da Pampulha, com exceção da TAM.

Arquivo Aeroporto



Aeroporto da Pampulha: palco de discussões

O principal motivo alegado para que os vôos continuem exclusivamente em Confins é o fato de que um alto investimento foi feito para que o Aeroporto Tancredo Neves se tornasse um *hub*, ou seja, um grande centro de vôos nacionais e internacionais. Além disso, o deputado Délio Malheiros, autor do requerimento para a audiência, reitera que a Pampulha não comporta vôos para eixos como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Ele alega, ainda, que a alteração provocaria desconforto, insegurança e inconvenientes para os passageiros, e complementa: “o governo investiu muito em obras de infra-estrutura, como a Linha Verde, para desafogar o trânsito na região e facilitar o acesso a Confins”.

A GOL e a TAM solicitaram à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a inserção de vôos de grande porte no Aeroporto da Pampulha. Todavia, este pedido contraria a portaria N° 993, que define como vocação primária para este aeroporto “atender as linhas aéreas domésticas regionais (...) visando a estimular a ligação de cidades no estado de Minas Gerais e estados limítrofes”. A portaria também prevê a presença de conexões no traslado de vôos que desejem aterrissar ou partir da Pampulha. Para garantir que esta medida não seja revogada, o advogado Ricardo Alvarenga entrou com uma medida de segurança, em conjunto com as associações Pro-Civitas e Associação Amigos da Pampulha (APAM), solicitando que os direitos descritos na portaria sejam mantidos até julgamento do conselho da Anac. Caso a transferência dos vôos para a Pampulha seja aprovada, serão necessárias reformas na estrutura do aeroporto.

você sabia...

Você sabe o que é o Propam? O Propam é o Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha realizado pelo Consórcio Pampulha. O programa é voltado principalmente para a despoluição da Lagoa. Segundo dados do Propam, a bacia da Pampulha possui 44 cursos d'água que deságuam diretamente na Lagoa, que não estão somente em Belo Horizonte, mas também em Contagem.

Nos últimos 20 anos, a bacia da Pampulha recebeu mais de 90% dos resíduos industriais da região metropolitana de Belo Horizonte, o que resultou na perda de 33% de seu espelho d'água e 50% do volume total de água. Cerca de 750 metros cúbicos de entulho são depositados no entorno da Bacia, mas o programa já realizou a dragagem de 800 mil metros cúbicos de sedimentos e já retirou 500 toneladas de lixo em pontos específicos da bacia. Sabendo de tudo isso, você já fez a sua parte para ajudar a Lagoa?

Jornal da Pro-Civitas

Associação Pro-Civitas dos Bairros São Luís e São José  
Av. Santa Rosa, 123 - Belo Horizonte - MG - CEP: 31.270-750  
Tel: 3490-4564 - e-mail: pro\_civitas@terra.com.br